



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **4001068-14.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**  
 Requerente: **ANTONIO FRANCISCO LEMES, ISAURA ALVARES LEMES e MARILDA ESNI ALVARES LEMES DE MELLO**  
 Requerido: **ANTONIO LEMES FILHO**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls.01/04 com as retificações de fls. 15/17. Não é necessária a lavratura do termo de doação. Instituo em favor da viúva-meeira o direito de habitação sobre o prédio residencial que abrigava ela e o autor da herança. Os herdeiros ficarão apenas com a nua propriedade do imóvel. O valor dessa nua propriedade corresponde a 2/3 do valor venal, enquanto o do direito de habitação corresponde a 1/3 do valor venal. As certidões negativas constam dos autos. **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 01/04 e 15/16, com as ressalvas supra (nua propriedade do imóvel para os herdeiros, e o direito real de habitação para a viúva-meeira), para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará **AUTOMATICAMENTE** o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**). Os herdeiros só obterão o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ, depois de recolherem as custas processuais e se efetivar a penhora sobre a nua propriedade do herdeiro. Intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC. Disponibilize para o Fisco senha para ter pleno acesso a estes autos. Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes atos.

Publique-se e Intimem-se. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, logo depois de intimado o Fisco Estadual.

São Carlos, 01 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**